

JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA  
DA UNIÃO EUROPEIA – DE OUTUBRO  
A DEZEMBRO DE 2019

*Elaborado por Fernando Pereira Ricardo*

**Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas**

Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de dezembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-590/18 P; ECLI:EU:C:2019:1135

*Partes:* Fujikura/Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu de cabos de energia subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no quadro de projetos – Coimas – Orientações de 2006 para o cálculo das coimas – Determinação do peso relativo dos participantes europeus e não europeus no cartel – Participação de empresas europeias a vários níveis no cartel – Princípio da igualdade de tratamento.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de dezembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-589/18 P; ECLI:EU:C:2019:1134

*Partes:* Furukawa Electric/Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu de cabos de energia subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no quadro de projetos – Coimas – Orientações de 2006 para o cálculo das coimas – Determinação do valor das vendas – Princípio da igualdade de tratamento.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de dezembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-582/18 P; ECLI:EU:C:2019:1133

*Partes:* Viscas/Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu de cabos de energia subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no quadro de projetos – Coimas – Orientações de 2006 para o cálculo das coimas – Determinação do peso relativo dos participantes europeus e não europeus no cartel – Participação de empresas europeias a vários níveis no cartel – Princípio da igualdade de tratamento.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de dezembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-435/18; ECLI:EU:C:2019:1069

*Partes:* Otis GmbH e o./ Land Oberösterreich e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Artigo 101.º TFUE – Reparação do prejuízo causado por um cartel – Direito a indemnização de pessoas que não operam como fornecedores ou compradores no mercado afetado pelo cartel – Danos sofridos por uma entidade pública que concedeu empréstimos em condições vantajosas para a aquisição de bens objeto do cartel.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de novembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-596/18 P; ECLI:EU:C:2019:1025

*Partes:* LS Cable & System/Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu de cabos de energia subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no quadro de projetos – Coimas – Ónus da prova – Deturpação da prova – Distanciamento público do cartel.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de novembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-593/18 P; ECLI:EU:C:2019:1027

*Partes:* ABB/Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu de cabos de energia subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no quadro de projetos – Coimas – Ónus da prova – Presunção de inocência – Princípio da igualdade de tratamento.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de novembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-591/18 P; ECLI:EU:C:2019:1026

*Partes:* Brugg Kabel e o./Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu de cabos de energia subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no quadro de projetos – Coimas – Direitos de defesa – Acesso ao processo – Princípio da presunção de inocência – Deturpação dos elementos de prova.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de novembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-599/18 P; ECLI:EU:C:2019:966

*Partes:* Silec Cable SAS e o./Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu de cabos de energia subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no quadro de projetos – Prova da infração – Presunção de inocência – Deturpação de provas – Distanciamento público – Percepção subjetiva de terceiros participantes no cartel – Violação cometida por várias empresas que constituem uma única entidade económica – Gravidade da infração cometida por uma dessas empresas – Deliberação – Ator “marginal” ou “médio” de uma infração – Deliberação – Princípio da igualdade de tratamento.

Acórdão do Tribunal Geral de 7 de novembro de 2019, proferido no âmbito do Processo T-240/17; ECLI:EU:T:2019:778

*Partes:* Campine e o./Comissão

*Descritores:* Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado da reciclagem de baterias chumbo-ácido para automóvel – Decisão por infração ao artigo 101.º TFUE – Coimas – Valor das compras – Ponto 37 das Orientações para o cálculo do montante das multas – Dever de fundamentação – Direitos de defesa – Prova da infração – Conceito de infração continuada ou repetida – Duração da infração – Interrupção da participação na infração – Restrição da concorrência pelo objeto – Circunstâncias atenuantes – Competência de plena jurisdição.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 17 de outubro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-403/18 P; ECLI:EU:C:2019:870

*Partes:* Alcogroup e o./Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do etanol – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 20.º, n.º 4 – Decisão de inspeção – Tramitação da inspeção – Confidencialidade da correspondência entre advogado e cliente – Recusa de suspensão das medidas de inquérito – Recurso de anulação – Admissibilidade – Decisão preparatória.

## Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal Geral de 19 de dezembro de 2019, proferido no âmbito do Processo T-812/14 RENV; ECLI:EU:T:2019:885

*Partes:* BPC Lux 2 e o./Comissão

*Descritores:* Auxílio de estado – Auxílio das autoridades portuguesas à resolução da instituição financeira Banco Espírito Santo – Criação e capitalização de um banco de transição – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno – Falta de interesse para agir – Inadmissibilidade.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de dezembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-385/18; ECLI:EU:C:2019:1121

*Partes:* Arriva Italia e o./ Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Conceito – Empresa pública ferroviária em dificuldades económicas – Medidas de auxílio – Atribuição de um auxílio financeiro – Objetivo – Prossecução das atividades da empresa pública ferroviária – Atribuição e participação no capital dessa empresa pública – Transferência para o capital de outra empresa pública – Critério do investidor privado – Dever de notificação prévia dos auxílios novos.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 11 de dezembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-332/18 P; ECLI:EU:C:2019:1065

*Partes:* Mytilinaios Anonymos Etairia – Omilos Epicheiriseon/Comissão e o.

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Produção de alumínio – Tarifa preferencial de fornecimento de eletricidade concedida por um contrato – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno – Denúncia do contrato – Suspensão por decisão judicial, no processo de medidas provisórias, dos efeitos da denúncia – Decisão que declara o auxílio ilegal.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de novembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-585/17; ECLI:EU:C:2019:969

*Partes:* Finanzamt Linz e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Modificação de um regime de auxílios autorizado – Artigo 108.º, n.º 3, TFUE – Obrigação de notificação – Proibição de execução sem a autorização da Comissão

– Regulamento (UE) n.º 651/2014 – Isenção – Artigo 58.º, n.º 1 – Âmbito de aplicação temporal do regulamento – Artigo 44.º, n.º 3 – Alcance – Regulamentação nacional que prevê uma fórmula de cálculo para o reembolso parcial de impostos sobre a energia.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de novembro de 2019, proferido no âmbito do Processo C-687/17 P; ECLI:EU:C:2019:932

*Partes:* Aanbestedingskalender e o./Comissão

*Descritores:* Recurso – Auxílio de estado – Auxílio concedido pelas autoridades holandesas à criação e introdução da plataforma eletrónica TenderNed – Decisão declarando que a medida não constitui um auxílio estatal, na aceção do artigo 107.º, n.º 1, do TFUE.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de novembro de 2019, proferido no âmbito dos Processos C-105/18 a C-113/18; ECLI:EU:C:2019:935

*Partes:* UNESA e o./ Administración General del Estado

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Princípio do poluidor-pagador – Diretiva 2000/60/CE – Artigo 9.º, n.º 1 – Amortização dos custos dos serviços hídricos – Regras comuns para o mercado interno da eletricidade – Diretiva 2009/72/CE – Artigo 3.º, n.º 1 – Princípio da não discriminação – Artigo 107.º, n.º 1, TFUE – Auxílio de Estado – Taxa sobre a utilização das águas continentais para a produção de energia elétrica – Taxa devida unicamente pelos produtores de energia hidroelétrica que operam em bacias hidrográficas intercomunitárias.

Acórdão do Tribunal Geral de 24 de outubro de 2019, proferido no âmbito do Processo T-778/17; ECLI:EU:T:2019:756

*Partes:* Autostrada Wielkopolska/Comissão

*Descritores:* Auxílio de estado – Concessão de auto-estrada com portagem – Lei que prevê a isenção de portagens para certos veículos – Indemnização concedida ao concessionário pelo Estado-Membro pela perda de receitas – Portagem virtual – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ordena a sua recuperação – Direitos processuais das partes interessadas – Obrigação de a Comissão exercer uma vigilância particular – Conceito de auxílio estatal – Vantagem – Melhoria da situação financeira esperada do concessionário – Critério do operador privado em economia de mercado – Artigo 107.º, n.º 3, alínea a), TFUE – Auxílios estatais de finalidade regional.